

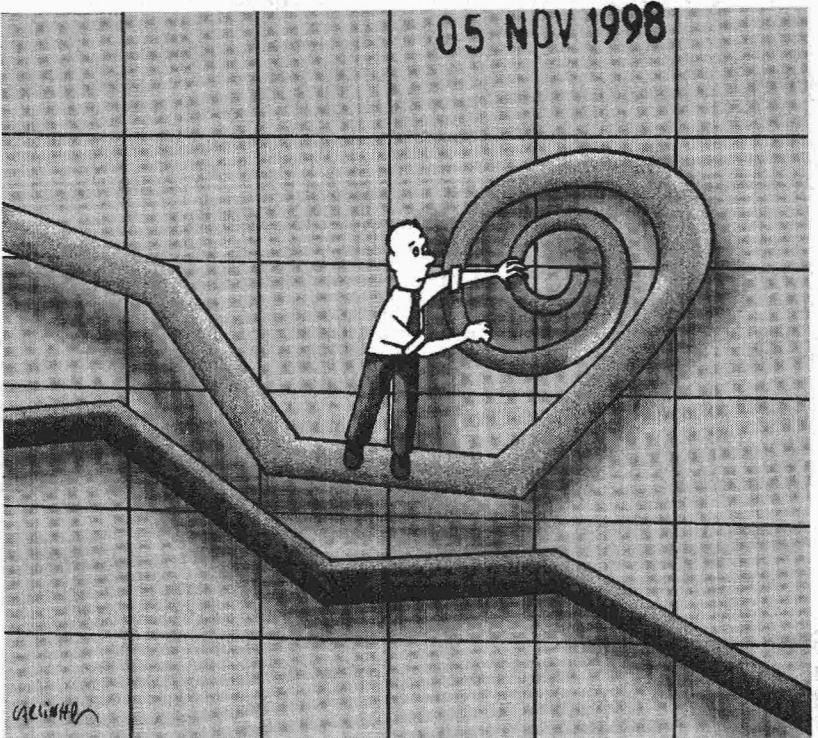
G-7 MOSTRA QUE NÃO FALTARÃO RECURSOS PARA EVITAR COLAPSO, MAS O BRASIL TEM DE REVERTER DÉFICIT

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO

**U**ma nova etapa na crise internacional foi inaugurada na sexta-feira, dia 30 de outubro, com as medidas anunciadas pelo ministro da Fazenda inglês, Gordon Brown, em nome dos ministros econômicos do Grupo dos 7. O *press release* de oito páginas foi retalhado no noticiário internacional e apenas as agências especializadas divulgaram o texto integral. O resultado de uma divulgação menos que perfeita, entretanto, não deve mascarar a importância do comunicado que tem todos os elementos para definir uma mudança histórica no desenrolar da crise de confiança que, ao paralisar os mercados financeiros em todo o mundo, espalha a contração econômica e o desemprego no nível global.

Os líderes do G-7 resolveram agir, dando prosseguimento às decisões tomadas na Reunião de Washington em 3 de outubro último. Constataram, finalmente, que o risco de depressão mundial induzida pela contração do crédito é maior do que o risco de reprovação política por mau uso de dinheiro público para salvar países e especuladores vícimas do encolhimento rápido do sistema bancário privado. A decisão foi difícil. Pois, diante do fracasso da ação internacional na Rússia, aumentaram as críticas liberais à atuação do FMI e dos bancos centrais, no sentido de que estariam apenas salvando bancos imprudentes que financiaram aventuras políticas ousadas, com má avaliação de risco. A aprovação recente pelo Congresso americano de um aporte de US\$ 18 bilhões ao FMI foi difícil principalmente pelas dúvidas, algumas plenamente justificadas, quanto aos estímulos perversos à disposição

### **Fazer o esforço fiscal qualifica País a beneficiar-se de arranjo financeiro anunciado para evitar contágio**



para assumir riscos excessivos que poderiam resultar do uso do dinheiro dos contribuintes para socorrer países incapazes de honrar seus compromissos.

A ação do G-7 pode ser comparada ao histórico acordo celebrado em setembro de 1985, no Hotel Plaza em Nova York. O chamado acordo do Plaza marcou o experimento bem-sucedido de coordenação de políticas cambiais lideradas pela des-

valorização do dólar. O rumo então anunciado deu origem ao círculo virtuoso de prosperidade vivido pela economia mundial nos últimos 13 anos.

Os princípios agora anunciados são nítidos, o que não significa que sejam de simples realização. Envolve a ação coletiva imediata de reforço às reservas internacionais para compensar a falta de liquidez. Subordinam o acesso a

tal esforço à manutenção dos incentivos à abertura comercial e financeira das economias. Avança na direção de promover maior transparência quanto às políticas econômicas nacionais assim como às suas avaliações oficiais. Aponta a necessidade de ação coletiva de longo prazo visando à homogeneização de critérios para os demonstrativos financeiros de bancos e empresas, aos procedimentos e práticas dos bancos centrais que dizem respeito ao controle dos sistemas de pagamentos, de assistência de liquidez e aos requisitos de supervisão prudente dos bancos e de regulamentação dos fundos de investimento. Finalmente, subentende a separação entre as ações de contingência para escorar de imediato a liquidez internacional e as medidas de longo prazo voltadas para corrigir rumos e desencorajar especulação. Trata-se de impedir que justas preocupações com esse chamado "risco moral" tenham efeito paralisante sobre os bancos centrais e sobre os gover-

nos em geral.

Há decerto um caminho considerável a ser percorrido, entre o estabelecimento dos princípios mínimos para a ação coletiva e sua tradução em critérios transparentes para a elegibilidade dos países. O prazo para a solução da crise ainda é, portanto, incerto. Daí existirem ainda apostas fortes no mundo de que o governo brasileiro não será capaz de adotar medidas de ajuste a tempo de evitar o colapso do Brasil.

Uma vez aprovado e instituído o conjunto de medidas que correspondem a esforço fiscal de R\$ 28 bilhões, qualifica-se o País para participar e beneficiar-se da montagem dos arranjos financeiros anunciados para interromper o contágio. Volta a aumentar a chance de sucesso, à medida que os governos dos países credores removem dúvida importante quanto à disponibilidade de financiamento em montante suficiente para sustentar mudanças de longo alcance em andamento. Como há sinais claros de que o mundo não deseja enfrentar uma onda desestabilizadora de desvalorizações cambiais semelhantes às que ocorreram na Ásia, a política cambial brasileira ganha novo fôlego. Diante da precariedade reconhecida dos mecanismos existentes no FMI, inadequados para uma ação de natureza preventiva como a que é necessária para o Brasil, o comunicado do G-7 advoga mudanças de caráter institucional. Tais mudanças implicam a adoção de critérios consensuais para julgar a coerência da política macroeconômica. Se houver um esforço inequívoco do governo brasileiro para reverter o déficit primário de modo a remover o fator fundamental de risco da economia, como os países ricos já deram sinais, não faltarão recursos para financiar a difícil transição que está pela frente.